



Brasília, 29 de outubro de 2024

Carta Aberta aos Senhores (as),

Vice-presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,

Geraldo Alckmin

Ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**

Ministro-chefe da Casa Civil, **Rui Costa**

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, **Marina Silva**

Ministro de Minas e Energia, **Alexandre Silveira**

Ministro da Agricultura e Pecuária, **Carlos Fávaro**

Ministro das Relações Exteriores, **Mauro Vieira**

Assunto: Definição de metas mais ambiciosas para a revisão da NDC do Brasil para redução das emissões de gases de efeito estufa e promoção da sustentabilidade do Sistema Elétrico Brasileiro.

Prezados Senhores(as) Ministros(as),

Na qualidade de representante de todos os segmentos de consumidores de energia do Brasil, considerando os consumidores residenciais, de baixa renda, comerciais, toda a indústria e os que estão nos sistemas isolados, tanto os livres quanto os regulados, a Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE) dirige-se aos Senhores(as) para alertar que **a redução das emissões de gases de efeito estufa é fator crítico para a sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (SEB).**

Alertamos que se os patamares atuais de emissões não diminuirmos significativamente, haverá risco de crise no sistema energético do país nos próximos 10 anos.

Estudos recentes indicam que a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira já está defasada em relação aos desafios climáticos atuais, e a revisão das metas prevista para o início de 2025 deverá ser mais ambiciosa, se quisermos preservar a qualidade de vida dos brasileiros. Essa revisão deve avançar não apenas em termos de ambição, mas na responsabilização criteriosa e proporcional de todos os setores e atores envolvidos. Os segmentos mais emissores precisam ser instados a uma profunda revisão de processos. Por sua vez, todos os potenciais de que o Brasil dispõe para a neutralização de carbono devem ser mobilizados e postos em prática.



Assim como não faz sentido promover uma transição energética que, em nome da energia limpa, aumente indiscriminadamente a conta de luz dos consumidores e acentue o abismo da pobreza energética, também é inaceitável que em prol da redução das emissões de gases de efeito estufa se penalize injustamente setores produtivos pouco emissores, enquanto a maior parte do problema permanece encoberta pela cortina de fumaça da demagogia. No final desta cadeia, estão os consumidores de energia que têm total interesse em se engajar nesta causa e esperam um compromisso efetivo das autoridades.

Os consumidores de energia entendem que não estabelecer novas metas significativamente mais ambiciosas de redução de emissões pressupõe a assunção por parte do Governo Federal da responsabilidade direta por não agir em prol da mitigação dos riscos climáticos que ameaçam o Brasil. Não ajustar as metas climáticas a partir das evidências técnicas e científicas disponíveis significa participar ativamente de um legado negativo para o futuro próximo do país.

Sem a redução de emissões necessária, o equilíbrio do sistema elétrico será radicalmente abalado por uma escalada incontrollável de custos, escassez hídrica e insegurança energética nos grandes centros urbanos.

Comprometimento da geração hidrelétrica

Tendo em vista o impacto severo e comprovado dos gases de efeito estufa na intensificação das mudanças climáticas, o primeiro risco a ser observado é o potencial comprometimento do equilíbrio hidrológico do país. Estudos mostram que as metas brasileiras atuais não são mais suficientes para assegurar que a elevação da temperatura não ultrapasse o 1,5°. Com temperaturas superiores, a expectativa é de períodos mais prolongados de calor extremo a cada ano, comprometimento severo da vegetação da Amazônia e do Pantanal, e uma ruptura completa no regime de chuvas da América do Sul.

Para além de todas as consequências econômicas, sanitárias e sociais desse possível cenário, certamente ocorrerá uma séria baixa nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, fonte que hoje responde por 60% da matriz elétrica brasileira. O prognóstico indica um quadro crítico naquela que hoje é a principal fonte de energia do país, e que além disso é uma das opções de menor custo e apresenta o menor índice de emissão de gases de efeito estufa.

Incentivo perverso às térmicas com mais custos e mais emissões

O eventual cenário de comprometimento da geração hidrelétrica nacional poderá ensejar o aumento do consumo de energia termelétrica, fonte muito mais cara e com maior potencial de emissão de gases de efeito estufa.

No Plano da Operação Energética 2024, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), recomenda que não sejam incluídas no sistema novas usinas térmicas



inflexíveis e avalia que pelos próximos cinco anos isso não será necessário. Uma vez que o país negligencie suas metas climáticas e venha a recorrer a um consumo maior de energia térmica, será estabelecido um ciclo vicioso que resultará em mais emissões de gases de efeito estufa e um custo cada vez mais alto para os consumidores de energia.

Cabe destacar que o próprio Governo Federal, sobretudo o Ministério de Minas e Energia, vem aumentando investimentos em combustíveis fósseis, ao ampliar os incentivos ao gás e defender a exploração de petróleo na margem equatorial brasileira. Também se observa uma injustificável proliferação de atos normativos, medidas provisórias e outras iniciativas do Poder Executivo na promoção de novos espaços para a energia termelétrica, contrariando as recomendações dos órgãos técnicos e dos especialistas do setor elétrico.

No momento em que o Brasil se prepara para participar da COP 29 neste mês de novembro e para sediar a COP 30 em 2025, projetos de lei no Congresso Nacional propõem medidas na direção contrária das metas climáticas brasileiras. As contratações de térmicas a gás e a carvão previstas no PL das Eólicas Offshore (PL 576/21) não têm justificativa técnica ou econômica, mas foram aprovadas com ampla maioria na Câmara dos Deputados no ano passado e estão prestes a ser votadas no Senado. Uma das emendas ao projeto determina a contratação compulsória de 4,2GW de usinas térmicas a gás inflexíveis. A outra emenda prorroga os subsídios a um conjunto de usinas a carvão até 2050.

Eventos climáticos extremos e o aumento do risco para o sistema de distribuição

Já é consenso que os eventos extremos ocorrerão com força e frequência cada vez maiores na proporção do aquecimento do planeta. Por outro lado, quanto mais emissões de gases de efeito estufa, maior será a exposição do sistema de distribuição de energia elétrica aos impactos das tempestades e rajadas de vento.

O que podemos esperar de um cenário com patamares complacentes nas metas de redução de emissões é um sistema elétrico mais instável e mais vulnerável a intermitências e apagões, além de custos cada vez mais elevados de manutenção e prevenção.

Em consequência, teremos um número cada vez maior de pessoas expostas aos riscos da falta de energia, à intensificação das desigualdades e de todas as questões inerentes ao quadro de pobreza energética existente no país, além do acúmulo cada vez maior de prejuízos morais e materiais, judicialização, entre outros problemas na prestação do serviço de energia elétrica.

Necessidade de adaptação e resiliência do sistema elétrico

O Plano Clima busca identificar as melhores alternativas e caminhos em termos de custos e efetividade para o país cortar emissões. Entre esses caminhos estão o aumento da eficiência energética e o uso de combustíveis de baixa emissão.



No entanto, outro aspecto fundamental que precisa ser contemplado é o aumento da capacidade de resiliência do sistema elétrico frente aos eventos climáticos extremos, algo que requer não apenas grandes investimentos por parte das distribuidoras, mas a revisão dos modelos de concessão, a preparação dos grandes centros urbanos, a integração da governança municipal, estadual e federal. Tudo isso gera elevados custos, demanda recursos, gestão e planejamento. A questão precisa ser endereçada pelas autoridades com responsabilidade compartilhada e fontes de financiamento definidas. Do contrário, teremos uma sucessão cada vez mais frequente de tragédias como as que têm atingido o país.

Participação e transparência

Por fim, os consumidores de energia manifestam aqui a total disponibilidade e interesse em participar deste debate. Como efetivos pagadores da conta de luz, como usuários finais do serviço de energia elétrica e como cidadãos, queremos fazer parte dessa discussão e esperamos de nossas autoridades responsabilidade, arrojo e transparência na condução desse processo, culminando com uma efetiva redução da Contribuição Nacionalmente Determinada brasileira.

Cordialmente,

Luiz Eduardo Barata Ferreira

Presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia
Presidente do Instituto dos Consumidores de Energia (ICEN)
contato@consumidoresdeenergia.org